

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DO BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissor,

(a) **BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 161 – Loja 3, Edifício West Point, Alphaville, Centro Empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 69.720.910/0001-45, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma do seu contrato social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

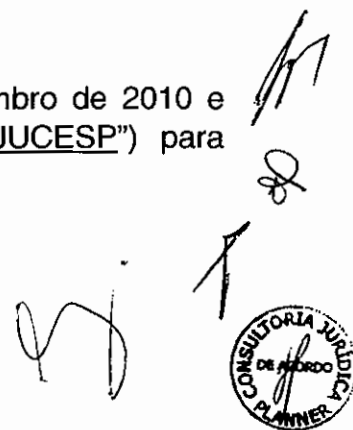
CONSIDERANDO que, em 21 de dezembro de 2010, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, Não Conversíveis em Ações, do BIC Arrendamento Mercantil S.A." ("Escritura de Emissão");

CONSIDERANDO que as Partes desejam (i) alterar a instituição responsável pela intermediação na distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, e (ii) ajustar uma definição da fórmula de cálculo do *spread* da Remuneração;

RESOLVEM as Partes, em regular forma de direito, celebrar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, Não Conversíveis em Ações, do BIC Arrendamento Mercantil S.A." ("Primeiro Aditamento", sendo a Escritura de Emissão e o Primeiro Aditamento referidos em conjunto simplesmente como "Escritura de Emissão"), em observância às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ESCRITURA DE EMISSÃO E DA AVERBAÇÃO DESTE PRIMEIRO ADITAMENTO

1.1. A Escritura de Emissão foi celebrada pelas Partes em 21 de dezembro de 2010 e protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") para



Handwritten signatures and a circular stamp of the law firm PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. The stamp contains the text "CONSULTORIA JURÍDICA DE BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. PLANNER".

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

arquivamento, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCESP, juntamente com a Escritura de Emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. Com o intuito de alterar a instituição que será responsável pela intermediação na distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, as Partes resolvem alterar o item 3.9.1 da Escritura de Emissão, para substituir o Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo Banco Industrial e Comercial S.A.

2.2. As Partes decidem ajustar a definição de "n" na fórmula de cálculo do *spread*, mencionada no item 4.8.1.1. da Escritura de Emissão, para prever a seguinte redação: "*n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.*"

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

3.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento, sendo que a Escritura de Emissão passa a vigorar com a redação consolidada trazida no Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

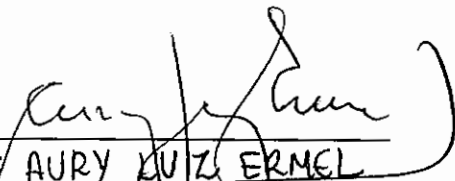
E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Primeiro Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

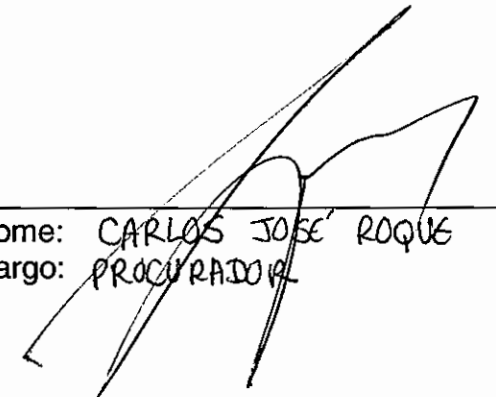
São Paulo, 29 de dezembro de 2010.

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

*Página de Assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da
Quarta Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, não Conversíveis em
Ações, do BIC Arrendamento Mercantil S.A.*

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.


Nome: AURY LUIZ ERMEL
Cargo: PROCURADOR


Nome: CARLOS JOSÉ ROQUE
Cargo: PROCURADOR





PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Página de Assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, não Conversíveis em Ações, do BIC Arrendamento Mercantil S.A.

m

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Tuvalu Infant

Nome: _____
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora

[Signature]

Nome: **Flávio D. Aguetoni**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:

L. H.

Nome: Ilka Fuzigami Trindade
RG: 30.102.211-2
CPF: 298.209.128-30

A handwritten signature in black ink, appearing to be "K. M." or similar, written over a horizontal line.

Nome: KARINA CARDOSO DE OLIVEIRA
RG: 45.982.020-5
CPF: 380.664.638-47

7



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

ANEXO I

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DO BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissor,

(a) **BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 161 – Loja 3, Edifício West Point, Alphaville, Centro Empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 69.720.910/0001-45, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma do seu contrato social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, Não Conversíveis em Ações, do BIC Arrendamento Mercantil S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com (i) a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de dezembro de 2010 ("AGE"); e (ii) a Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 21 de dezembro de 2010 ("RCA"), nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476/09") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, assim como perante a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

2.2. Registro na JUCESP e Publicação das Atas de AGE e RCA

2.2.1. A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio, Indústria & Serviços".

2.2.2. A ata da RCA será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio, Indústria & Serviços".

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos posteriores serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em uma única série de Debêntures.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de até R\$133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas até 13.300 (treze mil e trezentas) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos



3.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora na Emissão, após a dedução dos descontos previstos, de comissões de distribuição e despesas estimadas a serem pagas pela Emissora, serão destinados à captação necessária para realização de novos negócios de arrendamento mercantil, tais como operações de arrendamento mercantil de veículos leves e pesados, tratores, imóveis, aviões e helicópteros destinadas a pessoas jurídicas.

3.5. Número da Emissão

3.5.1. Tendo em vista que foi suspenso o pedido de registro de oferta pública da 4ª emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, em série única, da Emissora, protocolado junto à Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais no início do segundo semestre de 2010, no âmbito da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), conforme fato relevante da Companhia divulgado ao mercado em 16 de novembro de 2010 e ata de assembleia geral da Emissora realizada em 18 de outubro de 2010, a presente Escritura de Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário, Instituição Depositária e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").



7



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

3.6.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

3.7. Limite Legal

3.7.1. Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme parágrafo 4º do referido artigo.

3.8. Objeto Social da Emissora

3.8.1. A Emissora tem como seu objeto social: a prática de operações de arrendamento mercantil em geral, inclusive a importação e exportação de bens móveis e imóveis, peças, acessórios e componentes, com o tratamento tributário previsto na legislação e normativos em vigor, nos termos de seu Estatuto Social.

3.9. Colocação

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, com a intermediação do Banco Industrial e Comercial S.A. ("Coordenador Líder") ("Oferta Restrita").

3.9.1.1. Em até 5 (cinco) dias a contar da data de início da distribuição, serão liquidadas 10.000 (dez mil) Debêntures, sob o regime de garantia firme de colocação.

3.9.1.2. Excetuando-se as Debêntures colocadas na forma do item 3.9.1.1. acima, as 3.300 (três mil e trezentas) Debêntures restantes serão colocadas em até 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data de início da distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação.

3.9.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM n.º 476/09 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo).

3.9.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

alterada, observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 ("Investidores Qualificados").

3.9.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476/09 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de dezembro de 2010 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, não contendo nenhum tipo de garantia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5. Preço e Forma de Integralização

N

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

4.5.1. Será admitido deságio na subscrição das Debêntures, que terão como preço de integralização o valor equivalente a, no mínimo, 99,25% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua integralização.

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.6. Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão o seu vencimento em 12 de abril de 2016 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo) devida.

4.7. Amortização Programada

4.7.1. Não haverá amortização programada do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo).

4.8. Remuneração

4.8.1. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, correspondentes à 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de *spread* de 4% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos ("Remuneração").

4.8.1.1. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

J = valor dos juros remuneratórios correspondentes às Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

spread = 4,0000 (quatro inteiros); e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa *DI-Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

4.8.1.2. O fator resultante da expressão (*Fator DI* x *FatorSpread*) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.8.1.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento da Remuneração.

4.8.1.4. Caso a Taxa DI-Over não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI-Over aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI-Over aplicável.

4.8.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI-Over, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI-Over a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.8.1.6. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração, devendo as Debêntures ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, cuja data final de pagamento da

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Remuneração não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora: (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção; e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será a mesma, até a amortização integral das Debêntures. Neste caso, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo). Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.8.2. A Remuneração será paga nas seguintes datas: (i) 15 de agosto de 2011; (ii) 15 de fevereiro de 2012; (iii) 15 de agosto de 2012; (iv) 15 de fevereiro de 2013; (v) 15 de agosto de 2013; (vi) 15 de fevereiro de 2014; (vii) 15 de agosto de 2014; (viii) 15 de fevereiro de 2015; (ix) 15 de agosto de 2015; (x) 15 de fevereiro de 2016; e (xi) na Data de Vencimento, ou seja, 12 de abril de 2016 ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.8.2.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final de cada dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitado o prazo da Instrução CVM n.º 476/09, adquirir as Debêntures em Circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.10.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora.

4.11. Resgate Antecipado

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado.

4.12. Vencimento Antecipado

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

4.12.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- (a) falta de pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora ou de sua controladora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias corridos da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações pela Emissora nos documentos relacionados à Emissão;
- (d) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido ou decretação de intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (e) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) não cumprimento de qualquer decisão final e irrecorrível contra a Emissora ou qualquer de seus acionistas controladores, em valor unitário ou agregado

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

- superior a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for maior, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- (h) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures;
 - (i) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitos a Emissora ou qualquer de seus acionistas controladores, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for maior;
 - (j) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de seus acionistas controladores em valor individual ou agregado superior a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, o que for maior, por cujo pagamento a Emissora ou qualquer de acionistas controladores seja responsável, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
 - (k) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
 - (l) alteração no controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem que tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - (m) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou realização pela Emissora, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que não tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - (n) apuração negativa da soma do lucro líquido do acionista controlador da Emissora, apurado mensalmente a partir da Data de Emissão, de acordo com

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

as regras contábeis vigentes do Banco Central do Brasil, relativa ao período de 6 (seis) meses imediatamente anterior à data de apuração; e

- (o) obtenção, a partir da Data de Emissão, de quaisquer espécies de dívida pela Emissora ou pelo seu acionista controlador em que sejam concedidas garantias, salvo as dívidas já vigentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão.

4.12.1.1. Os eventos a que se referem os subitens (a), (b), (g), (i) e (j) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens 4.12.2. e 4.12.3. abaixo, após o final do prazo neles referidos.

4.12.1.2. O valor de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) a que se referem os itens (g), (i) e (j) não será reajustado ou corrigido.

4.12.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, os eventos previstos nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (g), (i) e (j) do item 4.12.1. acima serão hipóteses de vencimento antecipado automático das Debêntures, independente de qualquer consulta aos titulares das Debêntures, aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, eventos estes que deverão ser imediatamente informados ao Agente Fiduciário pela Emissora ou pelos Debenturistas. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido; ou ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 4.12.1. acima, a Data de Vencimento Antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.3. abaixo, se tal assembleia aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos no item 4.12.1. acima, com exceção dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (g), (i) e (j) do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver ciência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.3. acima, que será instalada observadas as disposições da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

4.12.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.12.4. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, a qual será encaminhada em até 2 (dois) dias contados da Data de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, inclusive a Remuneração prevista acima, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.14.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Mandatário das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, em todos os casos observado a legislação bancária aplicável.

4.17. Publicidade

4.17.1. Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio, Indústria & Serviços".

4.18. Imunidade dos Titulares de Debêntures

4.18.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.19. Classificação de Risco

4.19.1. As Debêntures serão objeto de classificação de risco (*rating*) pela Standard & Poor's Rating Services ("Agência de Rating").

4.19.2. A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a manter a Standard & Poor's Rating Services contratada até a Data de Vencimento para a realização de atualizações periódicas da avaliação de *rating*, na forma do item 5.1. (n) abaixo.

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

4.20. Amortização Compulsória

4.20.1. Caso, até a Data de Vencimento, haja um rebaixamento do *rating* atribuído às Debêntures nos termos do item 4.19.1. acima ("Rebaixamento do Rating"), a Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a efetuar a amortização compulsória das Debêntures, independentemente de qualquer notificação do Agente Fiduciário, da Agência de *Rating* ou de qualquer terceiro interessado.

4.20.1.1. Para fins desta Cláusula, considerar-se-á que a Emissora tomou conhecimento do Rebaixamento do *Rating* a partir da divulgação da súmula pela Agência de *Rating* ("Data de Ocorrência").

4.20.1.2. Em até 3 (três) dias da Data de Ocorrência, a Emissora deverá notificar, na forma prevista na Cláusula Nona, o Agente Fiduciário para que este informe aos Debenturistas, em até 3 (três) dias da data de recebimento da comunicação da Emissora, acerca do procedimento de amortização compulsória previsto nesta Cláusula.

4.20.2. Até o 30º (trigésimo) dia a contar da Data de Ocorrência, a Emissora pagará o valor equivalente a 33% (trinta e três por cento) do valor do principal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento. A Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, a ocorrência de tal evento com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.20.3. Até o 60º (sexagésimo) dia a contar da Data de Ocorrência, a Emissora pagará o valor equivalente a 67% (sessenta e sete por cento) do valor do principal das Debêntures não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento. A Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, a ocorrência de tal evento com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo certo que esta segunda e última parcela caracteriza o resgate antecipado compulsório das Debêntures.

4.20.4. Na hipótese da amortização compulsória das Debêntures prevista nesta Cláusula, não será devido o pagamento de qualquer prêmio aos Debenturistas.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

- i. no prazo máximo 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações da Emissora dispostas na presente Escritura de Emissão;
 - ii. no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis na CVM;
 - iii. com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
 - iv. cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480/09, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
 - v. na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
 - vi. avisos aos titulares de Debêntures, editais de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480/09 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - vii. informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - viii. todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima, para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (j) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (m) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário no SND;
- (n) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a Agência de *Rating* mencionada no item 4.19.2 acima que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de avaliação de risco (rating) das Debêntures, com periodicidade pelo menos anual;
- (o) dar ampla divulgação ao mercado para cada atualização do relatório da agência de rating referido na alínea (n) acima e encaminhar o relatório imediatamente à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário; e
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser razoavelmente necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1.(p). acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pelo Agente Fiduciário em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma do item 5.1.(p), será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.2.2 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora nos termos da lei e conforme previsto no item 6.4.6 desta Escritura de Emissão. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora e nos demais documentos relacionados à Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), ("Remuneração do Agente Fiduciário"), a serem pagas nos termos do item 6.4.1. abaixo.

6.4.1. A primeira parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário será paga pela Emissora 3 (três) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto a Planner representar os interesses dos debenturistas sendo que o valor da última parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário deverá ser calculado pro rata die até a data do seu

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

efetivo pagamento. Em caso de mora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão. Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam pagas integralmente na data de seu vencimento.

6.4.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança referente à Remuneração do Agente Fiduciário à Emissora com antecedência mínima de 20 (vinte) dias contados da data do respectivo pagamento. Na hipótese da Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima referido, eventuais débitos em atraso não estarão sujeitos a quaisquer multas e/ou juros de mora, inclusive aqueles previstos nesta Escritura de Emissão.

6.4.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, a Remuneração do Agente Fiduciário será calculada *pro rata temporis* referente ao período da efetiva prestação dos serviços, devendo o Agente Fiduciário restituir à Emissora eventual diferença entre o valor da Remuneração do Agente Fiduciário recebida e aquela calculada nos termos deste item.

6.4.4. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora/homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos titulares das debêntures, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (iii) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (iv) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração de (i) prazos de pagamento, e (ii) condições relacionadas aos Eventos de Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.4.5. A remuneração acima não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, que deverão ser reembolsadas pela Emissora, nos termos do item 5.2 (c) acima.

6.4.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas serão

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

acrescidas às dívidas da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento, devendo ser observado o item 5.2.2 desta Escritura de Emissão.

6.4.7. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pela Emissora, salvo nos casos de dolo, imprudência, imperícia ou negligência do Agente Fiduciário. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.

6.4.9. A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) Imposto sobre Serviços e Qualquer Natureza – ISS, (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, (iv) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas Alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. O Agente Fiduciário será responsável por discriminar os tributos e respectivos valores incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário na ocasião da apresentação do respectivo aviso de cobrança.

6.4.10. A Remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente, a partir da Data de Emissão, com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

6.4.11 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido.

6.4.12 A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

6.4.14. Não estão incluídas na Remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas.

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer-lhe as indicações e documentos necessários para tal registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias prestadas pela Emissora, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais, distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal utilizado pela Emissora

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

na época para realização de suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;

- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, fornecendo os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamentos de juros de debêntures da Emissora realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração.

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

- (m) colocar o relatório de que trata o item "l" acima à disposição dos titulares de Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador líder da Oferta.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (q) notificar os titulares de Debêntures, por edital e individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis contados, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil.

6.6. Sem prejuízo dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (c) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima caso a Assembleia Geral de Debenturistas, realizada nos termos da Cláusula Sétima, assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata*

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

temporis, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação.

7.4.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2., respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos titulares de Debêntures em Circulação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas pela maioria de votos dos Debenturistas presentes, não se computando votos em branco, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.7. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures, excetuada a hipótese de que trata o item 4.8.1.4. acima, ou às datas de pagamento da Remuneração, (ii) à Data de Vencimento das Debêntures e/ou (iii) aos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão, excetuada a hipótese de que trata o item 4.12.4. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de verificação de quorum no âmbito da Assembleia Geral de Debenturistas, serão excluídas do conceito de Debêntures em Circulação as Debêntures detidas por titulares cujo voto tenha sido dado em branco na deliberação em questão.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade de arrendamento mercantil devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures, não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações legalmente exigidas para evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências razoavelmente exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais,

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (f) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, bem como as informações trimestrais relativas a 30 de setembro de 2010, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (g) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1. acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas ou a qualquer momento até a Data de Vencimento das Debêntures.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por quaisquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Avenida Paulista, 1.048, 13º andar - Bela Vista

CEP 01014-100 - São Paulo, SP

At.: Sr. Vicente Rimoli Neto

Telefone: (11) 2173-9222

Fax: (11) 2173-9579

Correio Eletrônico: vicente.neto@bicbanco.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar – Itaim Bibi

São Paulo, SP

CEP: 04538-132

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172 2628

Fax: (11) 3078-7264

Correio Eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro / Sra. Maria Aparecida Simionato

Telefone: (11) 5029-2139

Fax: (11) 5029-1317

Correio Eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriurador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro / Sra. Maria Aparecida Simionato

Telefone: (11) 5029-2139

Fax: (11) 5029-1317

Correio Eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte por aquela que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

Cláusula Onze – DO FORO



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DO BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

